



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 1528/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, que tipifica crimes ambientais, incluindo maus-tratos a animais domésticos, com penas de detenção e multa para quem maltratar cães ou outros animais.
- Lei Estadual nº 18.017, de 23 de agosto de 2024, que institui o “Dia do Cão Policial” no âmbito do Estado de São Paulo, definindo como cão policial aquele adestrado para auxiliar a polícia e outras forças de segurança em atividades como detecção de drogas/explosivos, localização de pessoas, captura e imobilização de suspeitos, socorro e policiamento.
- Instrução Normativa PRF nº 64, de 07 de dezembro de 2021, que regulamenta aspectos internos da Polícia Rodoviária Federal sobre aquisição, controle, propriedade e reprodução de cães policiais da PRF (por exemplo, registro de pedigree, processo de aquisição e reprodução no âmbito da corporação).
- Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que proíbe o sacrifício de cães e gatos de rua como método de controle populacional no Estado de São Paulo e prevê programas oficiais de adoção, esterilização e promoção de posse responsável.
- Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987, que disciplina o controle da população animal e zoonoses no Município, incluindo o destino dos animais apreendidos, que podem ser encaminhados à adoção ou doação.
- Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo. Com a alteração das Leis 13.531/03, 14.262/07 e 14.498/07;
- Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal - PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2.002.
- Lei Municipal nº 13.943, de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

-Lei Municipal nº 14.483, de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como as doações em eventos de adoção desses animais, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 15.023, de 06 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos;

Aqui está um resumo claro e atualizado da legislação municipal de São Paulo que trata do cuidado, proteção e defesa de cães e outros animais no município (SP), com datas e ementas principais:

- Lei Municipal nº 17.703, de 3 de novembro de 2021, que estabelece a política pública municipal de proteção, defesa, fiscalização, resgate e controle de populações animais domésticas e silvestres no município de São Paulo; reorganiza o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais (CPDA); autoriza a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) no resgate e apreensão de animais vítimas de maus-tratos, abandono, agressão ou tráfico; e define formas de colaboração do poder público com entidades especializadas na proteção animal.

- Lei nº 18.387, de 9 de janeiro de 2026, que altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo, incluindo meios de transporte remunerado, e dá outras providências

Projeto de Lei Federal:

Projeto de Lei Federal nº 80/2023 (Senado Federal) – cria a chamada “Lei de Proteção a Animais Policiais ou Militares”, que propõe assegurar direitos básicos (vida, saúde, alimentação etc.) aos animais em serviço policial/militar e criminalizar maus-tratos; estabelece penas para lesão ou morte do animal policial/militar e prevê reparação de custos de treinamento em caso de morte.

Projeto de Lei Federal nº 1412/2024 (Câmara dos Deputados), que propõe estabelecer medidas de proteção e segurança para cães/animais que auxiliem órgãos de segurança pública e as Forças Armadas, incluindo: treinamento que priorize bem-estar, uso de microchips e geolocalização, atendimento veterinário regular e aposentadoria digna dos cães inaptos.

Projeto de Lei Municipal:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 50/2026 Altera e acresce dispositivos à Lei nº 17.464, de 9 de setembro de 2020, que "Dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, e dá outras providências", a fim de aprimorar a proteção e o bem-estar animal no Município.

PL 49/2026 Dispõe sobre a inclusão do mês "Julho Dourado" no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo, dedicado à promoção da saúde animal e prevenção de zoonoses, e dá outras providências.

PL 840/2025 Institui o Programa Municipal "Lar Feliz" de fomento à adoção responsável de cães e gatos, mediante a concessão de incentivos fiscais e em serviços municipais a tutores e lares temporários, e estabelece um programa permanente de conscientização sobre os benefícios da adoção no Município de São Paulo.

PL 807/2025 Cria o Cadastro Municipal de Protetores e Acolhedores Independentes de Animais e estabelece diretrizes para seu reconhecimento e apoio pelo poder público.

PL 601/2023 Institui a Política Municipal de Proteção e Atendimento aos Direitos Animais

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068